

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 5**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 5) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-462-7 DOI 10.22533/at.ed.627191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APROPRIAÇÃO DA MÍDIA PELA CRIANÇA: UM OLHAR ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	
Elisângela Soares Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910071	
CAPÍTULO 2	9
A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CAMPO EM DISPUTA	
Rozieli Bovolini Silveira	
Lizandra Falcão Gonçalves	
Mariglei Severo Maraschin	
DOI 10.22533/at.ed.6271910072	
CAPÍTULO 3	22
A PERCEPÇÃO DOS SURDOS ACERCA DOS EQUÍVOCOS COMETIDOS EM SUAS PRODUÇÕES ESCRITAS	
Marília Ignatius Nogueira Carneiro	
Clélia Maria Ignatius Nogueira	
Tânia dos Santos Alvarez da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910073	
CAPÍTULO 4	33
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O USO DE AMBIENTES TRADICIONAIS DE EAD E DE SISTEMAS Tutores Inteligentes: Preparação, Elaboração, Aplicação e Resultados	
Dulcinéia Gonçalves Ferreira Pires	
Sandrerley Ramos Pires	
Cassiomar Rodrigues Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910074	
CAPÍTULO 5	47
ANÁLISE DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA FINS NÃO RELACIONADOS AO CONTEÚDO: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE MEDICINA	
Edgar Marçal	
Cláudia Martins Mendes	
Marcos Kubrusly	
Jessica Mendes de Luca	
Hermano Alexandre Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.6271910075	
CAPÍTULO 6	58
AS CRIANÇAS DA ERA DAS MÍDIAS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A LEITURA LITERÁRIA	
Francisca Rodrigues Lopes	
Elizangela Silva de Sousa Moura	
Liliane Rodrigues de Almeida Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910076	
CAPÍTULO 7	68
AS MÍDIAS NO ENSINO: UTILIZANDO SERIADO DE TV PARA ENSINAR CONCEITO DE ENERGIA	
Jéssica Priscilla Martins e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910077	

CAPÍTULO 8	71
AS TIC NA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS <i>GOOGLE FOR EDUCATION</i> E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Priscila Cristiane Escobar Silva Letícia Maria Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910078	
CAPÍTULO 9	86
CLUBE DE ROBÓTICA NA ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Marlene Coelho de Araujo Maria do Carmo de Lima Giselle Maria Carvalho da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6271910079	
CAPÍTULO 10	92
AS CONVERSAS EM GRUPO E O FÓRUM VIRTUAL: DISPOSITIVOS CARTOGRÁFICOS DE ENSINO	
Eliane Teixeira Leite Flores Diogo Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.62719100710	
CAPÍTULO 11	104
CRIAÇÃO DE VIDEOAULAS COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO: DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DE MANEIRA ACESSÍVEL E BARATA	
Fábio Rodrigues Ferreira Seiva Wesley Ladeira Caputo Laísa Ferreira da Silva Cristiano Massao Tashima	
DOI 10.22533/at.ed.62719100711	
CAPÍTULO 12	116
EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COMO PROCESSOS DE AUTONOMIA DO SUJEITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Jessica Aparecida Paulino Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.62719100712	
CAPÍTULO 13	134
ENSINO DA FUNÇÃO AFIM COM A UTILIZAÇÃO DO <i>SOFTWARE GEOGEBRA</i> PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
Vinícius Campos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100713	
CAPÍTULO 14	146
ESCOLA DIFERENTE? NÃO! ESCOLA INOVADORA: UM NOVO CAMINHO PARA EDUCAÇÃO	
Rosichler Maria Batista de Prado Campana Kely Guimarães Rosa Juliana Marcondes Bussolotti Mariana Aranha Souza Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.62719100714	

CAPÍTULO 15	157
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS EM UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	
Lilian Wrzesinski Simon	
Andressa Sasaki Vasques Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.62719100715	
CAPÍTULO 16	173
INTERDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT NO IFPI	
Angislene Ribeiro Silva Reis	
Joseane Duarte Santos	
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	
Vagner Pereira Professor	
DOI 10.22533/at.ed.62719100716	
CAPÍTULO 17	187
METODOLOGIAS ATIVAS NA VISÃO DO ALUNO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA	
Eduardo Manuel Bartalini Gallego	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Daniela Dias dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.62719100717	
CAPÍTULO 18	202
O ENSINO DA MATEMÁTICA E O USO DO COMPUTADOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA DOCENTE	
Tacildo de Souza Araújo	
Aretha Cristina de Almeida Ribeiro	
João Paulo Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.62719100718	
CAPÍTULO 19	211
O ESTUDO DE CASO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
Roberta Pasqualli	
DOI 10.22533/at.ed.62719100719	
CAPÍTULO 20	226
PROVA SANTOS: O PERCURSO ENTRE A SEDUC E AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II	
Vera Helena Mojola Pessoa de Mello e Lara	
Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.62719100720	
CAPÍTULO 21	235
SUSTENTABILIDADE <i>VERSUS</i> PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ERA DO JORNAL DIGITAL	
Glauce Angélica Mazlom	
Fabrícia Rilene de Sousa Silva	
Juciely Moreti dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.62719100721	

CAPÍTULO 22	241
TECNICISMO DOS ANOS DE 1970: UM PARALELO DOS SEUS DETERMINANTES POLÍTICOS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE	
Izanir Zandoná Andrea Vergara Borges Marisete Maihack Perondi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100722	
CAPÍTULO 23	247
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: MOVIMENTO DE UMA FORMA/AÇÃO DE PROFESSORES	
Anderson Luís Pereira Ingrid Cordeiro Firme Rosa Monteiro Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.62719100723	
CAPÍTULO 24	258
TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS EM PROEJA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA EM TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES	
Helaine Barroso dos Reis Rinaldo Luiz Cesar Mozzer	
DOI 10.22533/at.ed.62719100724	
CAPÍTULO 25	275
TICS NA EDUCAÇÃO: ATUALIDADES PEDAGÓGICAS NO RÁDIO	
Fernanda Pasian Geison Durães Luciano Gonsalves Costa Natália Fratta da Silva Jorge Augusto Pereira Patrícia Vieira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.62719100725	
CAPÍTULO 26	280
UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM O EMPREGO DE EXPERIMENTAÇÃO REMOTA EM SALA DA AULA	
Rubens Gedraite Leonardo dos Santos Gedraite Eduardo Kojy Takahashi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100726	
CAPÍTULO 27	288
A GOVERNAMENTALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ESTADO DA ARTE A PARTIR DE BASES DE DADOS DIGITAIS	
Gilmar Lopes Dias Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100727	

CAPÍTULO 28 300

A NARRATIVA COMO EIXO ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO MUDIÁTICA E COMUNICACIONAL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ELZA MARIA PELLEGRINI DE AGUIAR (CAMPINAS-SP/BRASIL)

[Marciel Aparecido Consani](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100728

CAPÍTULO 29 314

DE INVASÃO SILENCIOSA À ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FINANCEIRA PUBLICAMENTE
DECLARADA: A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS DE
GRADUAÇÃO

[Stella Cecilia Duarte Segenreich](#)

[Ana D'Arc Maia Pinto](#)

[Lilian Lyra Villela](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CAMPO EM DISPUTA

Rozieli Bovolini Silveira

Universidade Federal de Santa Maria- UFSM
Santa Maria – RS

Lizandra Falcão Gonçalves

Universidade Federal de Santa Maria- UFSM
Santa Maria – RS

Mariglei Severo Maraschin

Universidade Federal de Santa Maria- UFSM
Santa Maria – RS

RESUMO: A educação profissional e tecnológica (EPT), assim chamada na atualidade, constrói sua historicidade num processo dual de projetos, concepções e sentidos sobre educação e trabalho. Esse texto apresenta um histórico da EPT, desde a primeira regulamentação que instituiu a rede, em 1909 com a criação das escolas de aprendizes artífices, perpassando pela promulgação da Lei 13.005/2014 que institui o Plano Nacional da Educação 2014-2024, até os novos movimentos como a Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei 13.415 de 2017. E a partir desse histórico buscou-se compreender como as políticas públicas para a EPT fazem parte de um campo em disputas. A presente pesquisa é resultado das indagações teóricas vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas Transformação sobre Políticas públicas e trabalho pedagógico na Educação

Profissional, do qual as autoras fazem parte. Para compreensão desse processo, organizou-se o artigo em sessões: o início - escolas de aprendizes e artífices, a Reforma Capanema, LDB 9394/1996 e decretos contraditórios, os Institutos Federais e os novos movimentos e desafios no contexto da dialética das disputas. A partir da compreensão da história do qual a EPT faz parte é possível perceber que o dualismo entre o ensino técnico e propedêutico, elite e classe trabalhadora, projetos neoliberais e projetos de educação integral, marcaram o movimento pendular nas políticas educacionais. O campo em disputa do qual a EPT está inserida reflete em movimentos de integração e desintegração da educação profissional à educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica. Historicidade. Dualismo de projetos.

ABSTRACT: Professional and Technological Education (PTE), thus called in current days, builds its historicity in a dual process of projects, conceptions and senses about education and work. This text presents a history of the PTE, the first time that it established a network, in 1909 with the creation of schools of learning of artifacts, passing through the promulgation of the Law 13,005 / 2014 that establishes the National Plan of Education 2014-2024, to the

new movements such as the Reform of Secondary Education, promulgated by Law 13,415 of 2017. And from this history it was sought to understand how the public policies for PTE are part of a field in disputes. The present research is the result of the theoretical inquiries related to the Group of Studies and Research Transformation on Public Policies and pedagogical work in Professional Education, of which the authors are members. In order to understand this process, the article was organized in sessions: the beginning - schools of apprentices and artisans, the Capanema Reform, LDB 9394/1996 and contradictory decrees, the Federal Institutes and the new movements and challenges in the context of the dialectic of disputes. From the understanding of the history of which PTE is part, it is possible to perceive that the dualism between technical and propaedeutic education, elite and working class, neoliberal projects and integral education projects, marked the pendular movement in educational policies. The disputed field of which PTE is inserted reflects in movements of integration and disintegration of professional education to basic education.

KEYWORDS: Professional and Technological Education. Historicity. Dualism of projects.

1 | INTRODUÇÃO

As políticas públicas que envolvem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foram marcadas por um dualismo de concepções. De um lado, projetos neoliberais, oriundos das transformações aceleradas na economia e no mundo do trabalho, de outro, uma perspectiva que integra ciência, cultura e o mundo do trabalho, sem que o caráter mercadológico pudesse ser determinante. Esse dualismo marca profundamente as concepções das instituições frente à Educação Profissional e Tecnológica na atualidade.

Esse trabalho apresenta a historicidade da EPT, desde a primeira regulamentação que instituiu a rede, em 1909 com a criação das escolas de aprendizes artífices, perpassando pela promulgação da Lei 13.005/2014 que institui o Plano Nacional da Educação 2014-2024, até a formalização do projeto da reforma do Ensino Médio, pela Lei 13.415 de 2017. Com base nos movimentos históricos buscou-se compreender como as políticas públicas para a EPT fazem parte de um campo em disputas, no qual projetos de diferentes concepções orientam as políticas de governo para a educação, especialmente a EPT.

A presente pesquisa é resultado das indagações teóricas vinculadas ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do qual as autoras fazem parte e pesquisam sobre as políticas educacionais que embasam as concepções e as práticas nas instituições de EPT. Tem como base a pesquisa bibliográfica do qual permite ao investigador uma gama mais ampla de fenômenos possíveis de ser analisados, além de ser aliada às pesquisas históricas (GIL, 2002).

A pesquisa se deu a partir de referenciais em artigos e livros que são base para a EPT, como Manfredi (2002, 2016), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Moura (2010),

Maraschin (2015) dentre outros que tratam da história da EPT. Como se trata de uma pesquisa que analisa as políticas educacionais, também foram analisadas as principais legislações e decretos que normatizaram e normatizam a EPT desde o início da Rede Federal em 1909, encerrando neste artigo até a Lei 13.415/2017.

Nesse contexto, o texto foi organizado em quatro subtítulos para demarcar os movimentos que constituem a historicidade e os desafios de uma política que se institui num contexto de disputas de concepções, projetos e sentidos. Sem ter uma visão estanque ou fechada cada etapa da historicidade da EPT aqui apresentada, busca retomar alguns pontos que demonstram o movimento pendular das políticas e do contexto de dialética das disputas (MARASCHIN, 2015). Passa-se a trabalhar cinco pontos a seguir: o início - escolas de aprendizes e artífices, a Reforma Capanema, LDB 9394/1996 e decretos contraditórios, os Institutos Federais e os novos movimentos e desafios no contexto da dialética das disputas.

2 | O INÍCIO – ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES

A Rede profissional de Ensino Tecnológico foi criada no princípio do século XX pelo então presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 7566, de 23 de dezembro de 1909 o qual determina a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Essas ofertavam o ensino primário que era destinado à população pobre. Essa concepção sobre EPT se pautou pelo assistencialismo para os trabalhadores e seus filhos.

O contexto histórico em que surgem as Escolas de Aprendizes e Artífices é o de implantação da República:

Num período em que o Brasil estava reordenando a sua estrutura administrativa, devido à implantação da República, o representante do Poder Executivo Federal visava aplicar medidas que contribuíssem para a consolidação e prosperidade da nova forma de governo. (KUNZE, 2009, p.10)

A estruturação da república brasileira, visando tornar possível a industrialização, no início do século passado, foi terreno fértil para dar início a Educação Profissional como uma política de Estado. Manfredi (2002) salienta a criação dessas escolas de ofícios estritamente vinculada à formação técnica e ideológica, reafirmando a concepção que a educação profissional era destinada à classe trabalhadora e a educação propedêutica às classes dirigentes.

O dualismo da formação escolar, embasado na classe social, também foi recordado por Afonso e Gonzalez (2018) no artigo “Desafios da Educação Profissional e Tecnológica: novas faces dos mesmos problemas”. Moura (2010) no texto “Ensino Médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração” salienta que as escolas de artes e ofícios eram destinadas aos pobres e humildes, voltados ao ensino industrial e agrícola, ou seja, potenciais para transformarem-se em “trabalhadores assalariados” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.44).

As Escolas de Artífices funcionaram até 1937, consolidando a dualidade entre

educação: a educação intelectual, destinada aos filhos dos mais ricos e a educação para o trabalho destinada “aos desvalidos da sorte” (BRASIL, 1909). No período de 1930 e 1940, houveram fatos marcantes na economia e política os quais movimentaram as noções sobre educação, mesmo assim a dualidade se manteve. Neste contexto, destacam-se dois documentos relevantes no período em análise, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Constituição de 1937.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por intelectuais da época, apregoava a escola democrática, que garantisse o ingresso de todos, representando, neste sentido, um grande avanço. Porém, quanto ao ensino não propõe uma mudança de paradigma dado que mantém a distinção entre os que pensam, com formação em cursos de humanidades ou ciências e os que executam manualmente desenvolvendo habilidades técnicas (MOURA, 2010).

A Constituição de 1937, período ditatorial, introduz na educação brasileira os termos “escolas vocacionais e pré-vocacionais destinadas a preparar filhos de operários para os ofícios” (MOURA, 2010, p.63). Desse contexto resta a preservação da dualidade na educação nacional que preserva e reforça a noção de formação profissional para a manutenção de uma classe operária.

A concepção claramente dual no Estado Novo é também corroborada por Manfredi (2002)

A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estruturação escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas (MANFREDI, 2002, p. 95).

Após esse período de ditadura da Era Vargas houveram novas alterações nas legislações educacionais, as quais buscaram regulamentar uma outra organização do ensino, que passa-se a analisar a seguir.

3 | REFORMA CAPANEMA

De acordo com Manfredi (2002) o conjunto de leis orgânicas, chamada de Reforma Capanema, alterou os currículos da educação, a partir de 1942. Dentre vários decretos, foram criados os Decretos que criam o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dando origem ao que hoje se chama Sistema S (MOURA, 2010).

A Reforma Capanema trouxe a estruturação em dois níveis, a educação básica e superior. A educação básica era dividida em dois momentos de formação, o primário e o secundário, subdividido em ginásial e colegial. A educação profissional era oferecida no ensino secundário, porém com o diferencial de que não habilitava o estudante a cursar o ensino superior, sem que este obtivesse aprovação num processo de adaptação para cursar (MOURA, 2010). Sobre a Reforma Capanema, Pereira (2012)

contextualiza como a questão econômica do Brasil foi responsável por essas alterações na legislação:

A criação do Senai e do Senac pôs em evidência mudanças e permanências da passagem da sociedade escravista para a republicana, da economia exportadora de matérias-primas para o processo de substituição de importações, industrializando o país e buscando criar um mercado interno brasileiro. Porém, para tanto, era necessária uma formação profissional que a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros não tinha; tanto naquela época quanto hoje em dia, a formação é importante para esta ou aquela etapa de desenvolvimento do capitalismo. Não é, portanto, uma necessidade humanista, mas uma necessidade prática para a acumulação privada de riqueza social gerada pela modernização (PEREIRA, 2012, p. 286-287).

O contexto, ora vivenciado no país, combinava o cerceamento e o enquadramento institucional das associações de trabalhadores a uma política de convencimento e de disputa de hegemonia no plano ideológico, o que colaborou para o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores em prol de um organismo sindical patronal - o sistema S (MANFREDI, 2016). Nesse período reforçou-se o ensino secundário, preparatório para o ensino superior, diferente dos que buscavam os cursos profissionalizantes.

A EPT no Brasil continuava a mostrar seu caráter claramente dual, de um lado uma educação para a classe trabalhadora e de outro para a classe dita intelectual, reafirmando o quanto a educação profissional respondia aos interesses do capital. Nessa perspectiva vão se produzindo grandes desigualdades, que com o fim da 2ª Guerra Mundial, tornam-se ainda mais distantes. Conforme Moura (2010), esses conflitos de interesses aparecem na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de modo que o Estado libera à iniciativa privada para ofertar cursos e reconhece a equivalência entre todos os cursos de mesmo nível, sem necessidade de testes.

Logo após a criação da primeira LDB, no ano de 1961, o Brasil entra noutro período ditatorial do qual universaliza a educação profissional de modo compulsório no segundo grau, nesse período a educação tecnicista ganha destaque: “Na ditadura militar, foi instituído o ensino profissional compulsório, assim, todos teriam uma formação profissional. A eliminação da dualidade, contudo, foi apenas aparente” (GONÇALVES, 2017, p.75-76).

Porém, como forma de resistência a este modelo, surgem os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a inauguração da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (PEREIRA, 2012). Um novo ponto a ser destacado passa a ser a LDB que está em vigor e que representou um marco de disputas de concepções.

4 | LDB 9394/1996 E DECRETOS CONTRADITÓRIOS

Desde a década de 1990, foram editados decretos e leis, para a regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica, marcando o movimento pendular de políticas (SILVEIRA, 2017). A Lei de Diretrizes e Bases- Nº 9.394/96 apontou algumas direções

possíveis para integração entre trabalho e educação. Já no seu primeiro artigo indica que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Porém logo após ser sancionada em 1996, houveram decretos que marcaram novamente a separação e a possibilidade de integração entre educação profissional e a educação básica.

Marcada por um período de redemocratização, tem-se uma LDB- Lei n. 9.394/1996 como um campo de embates políticos, econômicos e sociais distintos. Nesse período a lógica capitalista prevaleceu, afastando ainda mais a educação profissional da integração aos conhecimentos tecnológicos, científicos e humanísticos. A pedagogia de competências é o foco desse período, ou seja, a educação profissional serviu aos interesses do capital formando pessoas para o mercado de trabalho (MOURA, 2010; PEREIRA, 2012).

O Decreto Nº 2.208/1997 do governo de Fernando Henrique Cardoso, editado após a LDB, reafirma a concepção da pedagogia de competências. Esse Decreto retoma o modelo de educação dual, de um lado a educação profissional e de outro a educação básica, “aprofundando a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro” (SIMÕES, 2012, p. 116). Outra característica marcante desse decreto é o rompimento da educação profissional com a educação básica, além de que a educação profissional é vista como modalidade de educação que visa o aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores, com os cursos de formação inicial, independente da escolaridade. O artigo quarto aponta com clareza essa divisão:

Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular (BRASIL, 1997).

Como ideologia do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a educação profissional estava intrinsecamente relacionada ao setor produtivo, à produção de mão de obra qualificada voltada para as necessidades do mercado. Os cursos oferecidos tinham o caráter pontual, específico para o desenvolvimento de habilidades que carecem no desenvolvimento do trabalho, ou seja, estritamente relacionado ao que o mercado demandava. O sistema S, composto por SENAC, SENAI, SESC, SESI, SESCOOP, SEBRAE, SEST, SENAR e SENAT, abarcava grande parte do financiamento público para as demandas da educação profissional. Como Grabowski e Ribeiro (2010) alertam, os defensores dessa reformulação da educação profissional e tecnológica, de maneira perversa, argumentavam que a dualidade restabeleceria a justiça social, visto que a educação profissional era formada em grande parte por estudantes provenientes das elites e os cursos oferecidos pelo sistema S, por trabalhadores.

Somente na próxima década, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, que o Decreto N.º 5.154/2004 legitimou a possibilidade de integrar a educação básica

à educação profissional no nível médio, revogando assim o Decreto n. 2.208/1997. As lutas entre ideologias diferentes que resultam em concepções distintas de educação profissional continuaram, porém os rumos das discussões foram alterados pelo Decreto. Como salienta Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) a revogação do Decreto n. 2.208/1997 foi emblemática na medida em que deixava clara a disputa teórica entre projetos e do qual um deles reforçava a ideia de que a educação básica, o ensino médio, deveria ser integrada a formação profissional. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) reforçam a luta da educação profissional evidenciando a historicidade:

Há que se dar historicidade ao debate e à ação. A história nos coloca num terreno contraditório da dialética do velho e do novo de lutarmos contra a ideologia e a democracia burguesas, no espaço restrito desta democracia burguesa em que vivemos (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012, p. 27).

Nesse processo, o Decreto nº 5.154/2004 traz os conceitos de itinerários formativos, integração entre trabalho e educação, além das seguintes premissas, descritas no artigo nº 2:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Esse decreto propunha uma mudança estrutural, de restabelecer a relação entre teoria e prática, entre a educação técnica e a educação básica e, além disso, uma nova percepção sobre o financiamento. O investimento público para com o Sistema S começa a ser questionado e em contrapartida uma força tarefa para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica gratuita (GRABOWSKI e RIBEIRO, 2010).

Essa modalidade de educação sofreu muitas modificações por meio de políticas públicas. Surge como política assistencialista no início do século passado perpassou pela integração da formação humana para os trabalhadores, aliando aos conhecimentos da ciência e tecnologia. Esse é um dos fundamentos que embasam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destacada no próximo item.

5 | OS INSTITUTOS FEDERAIS

Ainda como uma proposta de governo, o ano de 2008 marcou profundamente a Educação Profissional e Tecnológica. Foram promulgadas as Leis nº 11.892/2008 e 11.741/2008 que instituíram a EPT e alteram a Lei nº 9.394/96. A lei nº 11.892/2008 criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Nesta lei são apontados os institutos federais, os quais são criados, sendo estabelecidas as finalidades, as características, os objetivos e a estrutura organizacional. De acordo com a lei n. 11.892/2008 os Institutos Federais devem ofertar prioritariamente cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade regular e EJA, atingindo no mínimo 50% da oferta das vagas.

Em sequência, a lei estabelece que 20% das vagas sejam destinadas para cursos de licenciaturas.

Já a lei nº 11.741/2008 faz a alteração na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, do qual redimensiona, institucionaliza e integra as ações da Educação Profissional e Tecnológica à educação de nível médio e a educação de jovens e adultos (EJA), conforme o artigo nº 39 da lei 9.394/96

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 1996).

Nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo nº 39 organizam a EPT, de forma que os cursos poderão ser ofertados vinculados aos eixos tecnológicos, possibilitando diferentes itinerários formativos, ou seja, é possível que um estudante inicie sua formação técnica de nível médio na modalidade EJA e prossiga seus estudos na educação superior e de pós-graduação, num mesmo instituto, visto que a oferta dos cursos são organizados e oferecidos de acordo com os eixos tecnológicos. Os cursos ofertados poderão ser de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação técnica de nível médio e educação tecnológica de graduação e pós-graduação. Sobre a EJA, a alteração que a lei nº 11.741/2008 traz é que preferencialmente, deve estar vinculada a educação profissional.

Da educação profissional técnica de nível médio, a lei estabelece que poderá ser articulada com o ensino médio ou subsequente, para estudantes que já concluíram o ensino médio. A educação profissional técnica de nível médio articulada, poderá ser desenvolvida na forma integrada ao ensino médio na mesma instituição de ensino ou concomitante, realizando o ensino médio e a formação técnica em instituições diferentes (BRASIL, 2008).

Em 2014 foi aprovado o novo Plano Nacional da Educação, tendo como vigência até 2024, decretado pela Lei nº 13.005/2014. Duas metas estão diretamente relacionadas à EPT, a Meta 10 e a Meta 11, conforme prevê a Lei:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (BRASIL 2014).

As duas metas descritas mostram que a EPT é um dos focos das políticas públicas para os próximos anos. No que compete a Meta 10 pode ser percebido a tentativa de ampliar a integração entre a formação inicial e continuada de jovens e adultos com a educação profissional, bem como prezar pelo acesso e permanência desse público. As estratégias preveem que a formação básica esteja articulada com o mundo do trabalho e ainda com o contexto desses estudantes, isso seria possível através de uma maior diversificação curricular. Além da criação de um programa que pudesse incorporar ações sociais, financeiras, psicopedagógicas (BRASIL 2014).

Entre as estratégias para o cumprimento da meta 11 está à elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio, para 90%, além do aumento da relação professor aluno. Outro ponto que salienta a busca pelo aumento nos índices de conclusão é a elevação gradual de investimentos em programas de assistência estudantil e mobilidade acadêmica. Reduzir desigualdades étnico-raciais e regionais, expandir o atendimento para populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apresentam uma importante estratégia para o atendimento da Meta 11.

Como se refere a um plano para o desenvolvimento da educação para os próximos 10 anos é possível perceber os grandes desafios que, especialmente, a EPT terá. O campo em disputa do qual a EPT se consolidou é reflexo de um sistema que divide os sujeitos em classes sociais, do qual tem como base diferentes projetos. Esse projeto, amplamente discutido pela sociedade é incerto, visto que após o impedimento da então Presidente da República, Dilma Rousseff, alterou-se o rumo dos projetos governamentais e dentre eles, está a EPT.

6 | NOVOS MOVIMENTOS E DESAFIOS NO CONTEXTO DA DIALÉTICA DAS DISPUTAS

Um desses novos movimentos iniciou-se no governo de Michel Temer, em 2016, com o nome de “Novo Ensino Médio” e consolidou-se com a aprovação da Lei 13.415 de 2017, reformando o Ensino Médio, sem que houvesse ampla discussão com a sociedade, especialmente porque se tratava de uma reforma estrutural, de grande impacto para os estudantes e instituições. Como relembram Afonso e Gonzalez (2018)

Sem profícuas discussões com a sociedade, pesquisadores e instituições de ensino, a proposta de uma mudança estrutural de grandes proporções no ensino médio do país, feita por meio de medida provisória, foi alvo de críticas e ganhou muito espaço na mídia. Seja pela incerteza ligada ao fato do que realmente era proposto, já que o projeto não foi amplamente discutido, sendo descortinado nas vésperas da publicação; seja pelas mudanças estruturais que afetariam todo o ensino médio bem como a educação profissional, muitas foram as manifestações contrárias às mudanças que novamente apontam para o antigo e recorrente modelo de uma educação dual (AFONSO e GONZALEZ, 2018, p. 7).

Dentre as mudanças, o Ensino Médio passará para tempo integral, adotando progressivamente 1.400 horas anuais nos seus currículos, após 5 anos da promulgação da lei. Outra falácia, que capturou grande parte dos espectadores, após a veiculação de propagandas na TV aberta sobre a reforma do Ensino Médio, foi a possibilidade de escolha pelos jovens em itinerários formativos. Os itinerários formativos, como posto pela Lei 13.415 foram organizados da seguinte forma, conforme texto da legislação:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da

oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017)

No que compete à EPT, ela resumiu-se a uma possibilidade de itinerário formativo que não acontecerá de forma integrada, pois reassume-se o caráter dual, de um lado uma formação propedêutica, intelectual e de outro uma formação técnica, alinhada aos interesses do setor produtivo, retomando o Decreto 2208/1997. A educação integral, consolidada pelos Cursos Técnicos Integrados, ora baseada pelos princípios de uma formação básica sólida, integrada com uma formação pelo trabalho, deixa de existir e passa a acontecer com um prolongamento, um anexo, que acontecerá somente no final do percurso escolar do estudante (AFONSO e GONZALEZ, 2018).

Além das mudanças no Ensino Médio que causam retrocessos nas concepções e projetos de educação para os jovens da classe trabalhadora tem-se preocupações com as políticas de educação de jovens e adultos, com o financiamento da educação, com as políticas de inclusão e com o recente projeto de Lei 11.279/2019 que traz significativas mudanças nos propósitos e finalidades dos IFs. Todas estas questões deixam incertezas sobre o futuro da EPT, visto que a historicidade da EPT é marcada pelos avanços e retrocessos, de acordo com as concepções de governo sobre a educação, conforme abordado neste texto. Verifica-se então nessa trajetória o contexto de dialética das disputas em que “ao mesmo tempo caminha num sentido e no seu oposto, que olha o particular e a totalidade num contexto de transformação permanente, que supera e disputa sentidos e o lugar da classe trabalhadora” (MARASCHIN, 2015, p. 293).

A dialética das disputas é observada em torno das políticas e no trabalho pedagógico na EPT, pois expressa a oposição e luta entre concepções e sentidos diferentes de trabalho pedagógico e as disputas relativas ao lugar das políticas para os trabalhadores, ou seja, em alguns momentos, discursos e legislações observa-se a lógica do mercado/competência, em outros, a lógica da emancipação/inclusão. “Essas disputas atrapalham o desenvolvimento das políticas e do trabalho pedagógico, pois podem configurar o retrocesso, mas no sentido contraditório podem gerar o novo, a transformação” (MARASCHIN, 2015, p. 71).

Dessa forma, torna-se difícil a consolidação de uma política efetivamente pública e que conceba a educação como direito, capaz de perpassar governos e ainda sim, manter-se em termos ideológicos e de investimentos públicos. Mas, não se pode desacreditar que a educação pode sim mudar a sociedade (APPLE, 2017).

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil teve sua origem no início do século passado, retratando uma base assistencialista, decorrente de

uma herança escravocrata do qual necessitava formar mão-de-obra para a crescente industrialização que o País vivia na época. Desde então, o dualismo entre o ensino propedêutico para a classe dita intelectual, que ocupavam os espaços de comando, em detrimento do ensino tecnicista para a classe trabalhadora, que ocupava os postos de trabalho do chão de fábrica.

Os projetos educacionais divergentes da EPT foram se tornando mais claros na medida em que o capitalismo se enraizou e as desigualdades se intensificaram. De um lado um projeto voltado ao mercado de trabalho, ou seja, o foco da formação profissional é oferecer mão-de-obra qualificada para as indústrias e de outro, um projeto voltado ao mundo do trabalho, do qual os sujeitos pudessem ter acesso à educação, ciência e tecnologia, numa visão humanística para a formação emancipatória e de inclusão.

O presente texto organizou a historicidade da EPT em cinco pontos não estanques: o início - escolas de aprendizes e artífices, a Reforma Capanema, a LDB 9394/1996 e decretos contraditórios, os Institutos Federais e os novos movimentos e desafios no contexto da dialética das disputas. Cada movimento por qual passou e passa a política da EPT avança ou retrocede na busca da educação e profissionalização como direitos para a classe trabalhadora.

Esse movimento que se chamou de pendular das políticas públicas educacionais também ilustra o campo em disputa do qual a EPT está inserida. Vários movimentos de integração e desintegração aconteceram, resultando, na atualidade, incongruências entre os discursos e as práticas sobre a efetiva integração da educação básica a educação profissional. O exemplo mais atual sobre essas incongruências e instabilidades que pairam sobre a EPT é a existência de uma legislação construída democraticamente, como o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a reforma do Ensino Médio, promulgada unilateralmente e sem discussão com a sociedade, inicialmente por medida provisória, que se consolidou na Lei 13.415/2017.

Assim, é preciso compreender as relações entre o trabalho e a educação na atualidade, para dar significado aos processos históricos que a constituem, bem como a hegemonia do capital frente à classe trabalhadora. A dicotomia entre teoria e prática, entre educação para o trabalhador e para os mais ricos, trabalho crítico-reflexivo e prático-operativo são ainda debates atuais que reforçam um conflito de interesses e poderes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Desafios da Educação Profissional e Tecnológica: novas faces dos mesmos problemas. **Com Ciência- Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Dossiê Emprego e Profissões, nº 203, novembro de 2018. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/desafios-da-educacao-profissional-e-tecnologica-novas-faces-dos-mesmos-problemas/>>. Acesso em 17 fev 2019

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Tradução de Lilian Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais do estado, Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abril 1997.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 Jul. 2004.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez 1996.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez 2008.

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul 2008.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul 2014.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 fev 2017.

BRASIL. Projeto de Lei 11279/2019, de 3 de janeiro de 2019. Altera as Leis nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008; nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, e nº 11.740, de 16 de julho de 2008; cria Institutos Federais de Educação, a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões, e dá outras providências. **Câmara dos deputados**, Brasília, DF, 3 jan 2019.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 175 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 127 p.

GONÇALVES, L.F. **Ação TECNEP: movimentos, mediações e implementação da política de inclusão no IFFAR, campus São Vicente do Sul**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, 2017, 142 p.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In.: MOLL, J. (Coord.) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

KUNZE, N. C. O Surgimento da Rede Federal De Educação Profissional Nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília v. 2, n. 2, (nov. 2009).

MANDREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARASCHIN, M. S. **Dialética das Disputas: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora?** 316f. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, 2015.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In.: MOLL, J. (Coord.) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

PEREIRA, I. B. Educação Profissional. In.: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação no campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 790 p.

SILVEIRA, R. B. **O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.

SIMÕES, C. A. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In.: MOLL, J. (Coord.) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-462-7

